



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3812802/2017-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.006265/2017-95

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO SRP Nº 10/2017

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de expediente, eletrônicos e bandeiras, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	REQUISIÇÃO MÁXIMA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAIXA ARQUIVO POLIONDA AZUL CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSÕES 140 X 240 X 360, COR AZUL	1000	200	Unidade	R\$ 5,04	R\$ 5.040,00
2	CAPA EM ACRILICO PARA CD/DVD CAPA PARA CD/DVD EM ACRILICO	1000	200	Unidade	R\$ 2,28	R\$ 2.280,00
3	CD EM MIDIA VIRGEM PARA GRAVAÇÃO DE DADOS PARA DVDR CAP. 4,7 GB OU SUPERIOR	1000	200	Unidade	R\$ 1,93	R\$ 1.930,00
4	CLIPS Nº 2/0 CLIFE, TAMANHO 2, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO, CAIXA COM 100 UNI	100	20	Caixa	R\$ 3,15	R\$ 315,00
5	COLA BRANCA LÍQUIDA À BASE DE ÁGUA, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA. TIPO: LÍQUIDA/BRANCA.PESO: 90G.	200	40	Unidade	R\$ 1,81	R\$ 362,00
6	ENVELOPE SACO 80G KRAFT NATURAL 162X229MM	1000	200	Unidade	R\$ 0,21	R\$ 210,00
7	ENVELOPE SACO OURO 310MMX410MM ENVELOPE SACO OURO 80 GR. MED. 310MM X 410MM	1000	200	Unidade	R\$ 0,40	R\$ 400,00
8	ENVELOPE SANFONADO, PAPEL KRAFT, 80G/M2, SACO COMUM, 229X324MM PARDA	1000	200	Unidade	R\$ 0,26	R\$ 260,00
9	ESTILETE LARGO LAMINA 09MM ESTILETE DESENHO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO RESISTENTE, LARGURA LÂMINA 18, TIPO LÂMINA RETRÁTIL, TIPO FIXAÇÃO LÂMINA ENCAIXE DE PRESSÃO	200	40	Unidade	R\$ 3,88	R\$ 776,00
10	FITA ADESIVA 48MMX50M TRANSPARENTE FITA ADESIVA POLIPROPILENO TRANSPARENTE TIPO MONOFACE LARGURA 48MMX50M APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO	200	40	Unidade	R\$ 3,42	R\$ 684,00
11	GRAMPEADOR TAMANHO GRANDE, TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, MATERIAL AÇO, TIPO INDUSTRIAL, CAPACIDADE ATÉ	100	20	Unidade	R\$ 151,33	R\$ 15.133,00

	240 FOLHAS, PARA GRAMPOS 23/6, 23/10, 23/13, 23/15, 23/17, 23/20 E 23/24, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO AÇO PINTADO/CANALETA E CABEÇOTE CROMADOS.					
12	GRAMPEADOR TAMANHO MÉDIO PARA GRAMPO 26/6 COM ESTRUTURA METALICA E CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATE 25 FOLHAS 75G/M2	100	20	Unidade	R\$ 30,61	R\$ 3.061,00
13	GRAMPEADOR TAMANHO PEQUENO PARA GRAMPOS 26/6, COM ESTRUTURA METALICA E CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATÉ 15 FOLHAS DE PAPEL 75G/M²	100	20	Unidade	R\$ 19,42	R\$ 1.942,00
14	PASTA SUSPensa PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO PRENSADO PLASTIFICADO, TIPO SUSPensa, LARGURA 360MM, ALTURA 240MM, LOMBADA 45MM, COR CAQUI, PRENDEDOR INTERNO FIXADOR PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 VISOR LENTICULAR LATERAL E ESPIRAIS METÁLICOS/PLASTICO.	500	100	Unidade	R\$ 2,17	R\$ 1.085,00
15	PASTA TUBO (AZ) LOMBO ESTREITO PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO PRENSADO, TIPO REGISTRADORA AZ, LARGURA 280, ALTURA 350, LOMBADA 45, COR PRETA, APLICAÇÃO ARQUIVO DE DOCUMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 PRENDEDOR INTERNO/ALAVANCA/COM 2 FUIROS.	100	20	Unidade	R\$ 10,87	R\$ 1.087,00
16	PASTA TUBO (AZ) LOMBO LARGO PASTA ARQUIVO, MATERIAL CARTÃO PRENSADO COM REVESTIMENTO PVC, TIPO AZ, LARGURA 280, ALTURA 350, LOMBADA 80, COR PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 PRENDEDOR INTERNO FECHO COM ALAVANCA, DOIS FUIROS	100	20	Unidade	R\$ 11,72	R\$ 1.172,00
17	PRANCHETA MANUAL EM ACRILICO PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL ACRÍLICO, COMPRIMENTO 350MM, LARGURA 240MM, ESPESSURA 2MM, COM PREDENDOR DE METAL NIQUELADO E CANTOS ARRENDONDADOS	100	20	Unidade	R\$ 15,34	R\$ 1.534,00
18	TESOURA DE ESCRITORIO TESOURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO 21	200	40	Unidade	R\$ 9,69	R\$ 1.938,00
19	PILHA ALCALINA AAA (TIPO PALITO) PILHA, TAMANHO PALITO, TIPO COMUM, MODELO AAA - CERTIFICADA PELO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	200	40	Unidade	R\$ 2,60	R\$ 520,00

20	PILHA ALCALINA AA (TIPO PEQUENA) PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AA - CERTIFICADA PELO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	200	40	Unidade	R\$ 2,88	R\$ 576,00
21	BANDEIRA DO BRASIL 2 PANOS BANDEIRA, MATERIAL TERGAL, COMPRIMENTO 128, LARGURA 90, COR DE ACORDO PROJETO, DESENHO NACIONAL DO BRASIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 PANOS/LETRAS E ESTRELAS BORDADAS A LINHA(2FACES), CONFORME ANEXO A DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.	20	4	Unidade	R\$ 179,67	R\$ 3.593,40
22	BANDEIRA DO BRASIL 3 PANOS BANDEIRA DO BRASIL, 3 PANOS, MEDINDO 1,35 X 1,92 M, HASTEAMENTO EXTERNO, CONFECCIONADA EM TECIDO NYLON, TELA ESPECIAL (TIPO PÁRA-QUEDAS) COM AS BORDAS E ILHOSES REFORÇADOS, LETRAS E ESTRELAS EM AMBAS AS FACES. CONFORME ANEXO A DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.	20	4	Unidade	R\$ 238,30	R\$ 4.766,00
23	BANDEIRA DO DPF 2 PANOS BANDEIRA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2 PANOS, MEDINDO 0,90 X 1,28 M, HASTEAMENTO INTERNO, CONFECCIONADA EM TERGAL AZUL CELESTE, COM O BRASÃO DO DPF DE TECIDO, BORDADO E APLICADO EM AMBAS AS FACES. CONFORME ANEXO A DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.	20	4	Unidade	R\$ 234,33	R\$ 4.686,60
24	BANDEIRA DO DPF 3 PANOS BANDEIRA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 3 PANOS, 1,35 X 1,92 M, HASTEAMENTO EXTERNO, CONFECCIONADA EM TECIDO NYLON AZUL CELESTE, TELA ESPECIAL (TIPO PÁRA-QUEDAS), COM BORDAS E ILHOSES REFORÇADOS, COM O BRASÃO DO DPF DE TECIDO APLICADO SOBRE O TECIDO DA BANDEIRA EM AMBAS AS FACES. CONFORME ANEXO A DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.	20	4	Unidade	R\$ 320,00	R\$ 6.400,00
25	BANDEIRA DO ESTADO DO ACRE 2 PANOS BANDEIRA MEDINDO 0,90 X 1,28 M, HASTEAMENTO INTERNO, MATERIAL TERGAL/NYLON, ACORDO PROJETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 PANOS, HASTEAMENTO INTERNO, REPRESENTAÇÃO DO ESTADO. CONFORME ANEXO A DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.	20	4	Unidade	R\$ 191,33	R\$ 3.826,60
26	BANDEIRA DO ESTADO DO ACRE 3 PANOS, MEDINDO 1,35 X 1,92 M BANDEIRA, MATERIAL TERGAL/NYLON, COMPRIMENTO E LARGURA DE ACORDO COM PROJETO, COR DE ACORDO PROJETO, DESENHO DE ACORDO PROJETO,	20	4	Unidade	R\$ 260,00	R\$ 5.200,00

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3 PANOS, HASTEAMENTO EXTERNO, REPRESENTAÇÃO DO ESTADO. CONFORME ANEXO A DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.					
VALOR TOTAL				R\$ 68.777,60	

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As quantidades solicitadas de cada item foram estimadas para uso no período de um (01) ano, baseado no quantitativo de entrada e de material atendido no período de 01/06/2016 a 30/06/2017, conforme Relatório do Sistema E-LOG, levando-se em consideração o saldo existente em estoque, bem como materiais procurados pelos diversos setores e que inexistem em estoque.

2.2. Tais aquisições são necessárias para se atender adequadamente a sede da Polícia Federal no Acre, composta de vários setores e delegacias, bem como duas descentralizadas (Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul e Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia), três postos (nas cidades de Assis Brasil, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus) e a Operação Sentinela. Observa-se ainda que a maioria dos produtos solicitados tem prazo de validade superior a um (01) ano, nos assegurando que se não forem totalmente utilizados neste período, poderá ser aproveitado no ano seguinte.

2.3. Considerando que, para ser executado da maneira especificada neste Termo de Referência e seus anexos, o objeto não necessita ser adquirido de uma única vez, podendo ser adquirido de forma parcelada, o mesmo será licitado através de Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Item, enquadrando-se no art. 3º, do Decreto 7.892 de 2013, incisos I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes e II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, evitando-se a formação de grandes estoques e do custo com essa operação.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002, os bens listados neste instrumento podem ser definidos como objetos de natureza comum, por terem especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho pela empresa contratada, em remessa única, no seguinte endereço do órgão gerenciador: Rodovia BR-364, nº 3501, Bairro Portal da Amazônia, CEP 69915-630 – Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Anexo I - Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Anexo I - Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

6.1. Os prazos de validade e garantia, quando não expressos na própria descrição dos itens, não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo e/ou da troca do produto em caso de defeito no Almoxarifado do Polícia Federal do Acre, sem ônus adicionais para o Polícia Federal.

6.2. Os materiais que tiverem validade menor ou igual a 12 (doze) meses, somente serão recebidos com a data de fabricação não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho.

6.3. Prevalecerá sempre a garantia oferecida pelo fabricante quando o prazo for superior.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a

Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

11.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DOS ANEXOS

12.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

12.1.1. **ANEXO A** – Descrição Detalhada das Bandeiras

Rio Branco/AC, 30 de agosto de 2017.

LIANA SANTOS VILELA

Agente Administrativo de Polícia Federal
CH/NAD/SR/PF/AC - Em exercício

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

MICHELLY SANTOS SÁ

Agente Administrativo de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05 e art. 14 da IN/MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização da licitação para a aquisição dos materiais demandados considerando que tem-se a necessidade ao longo de 12 (dozes) meses, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

FÁBIO MORAIS DE PAULA

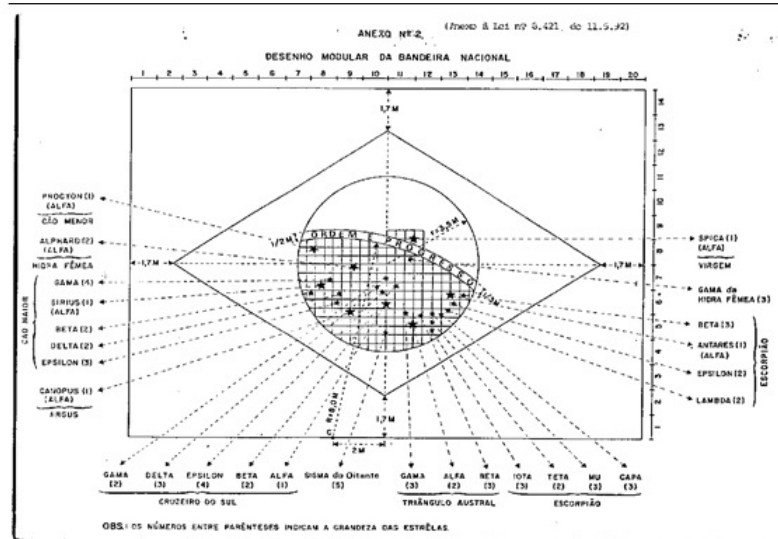
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional SR/PF/AC - Em exercício

ANEXO A – DESCRIÇÃO DETALHADA DAS BANDEIRAS

DA BANDEIRA NACIONAL

A confecção da Bandeira Nacional obedecerá ao disposto na Lei nº 5.700, de 01.09.1971, que dispõe:

Art. 5º A feitura da Bandeira Nacional obedecerá às seguintes regras (Anexo nº 1):



I - Para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais. Cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo.

II - O comprimento será de vinte módulos (20M).

III - A distância dos vértices do losango amarelo ao quadro externo será de um módulo e sete décimos (1,7M).

IV - O círculo azul no meio do losango amarelo terá o raio de três módulos e meio (3,5M).

V - O centro dos arcos da faixa branca estará dois módulos (2M) à esquerda do ponto do encontro do prolongamento do diâmetro vertical do círculo com a base do quadro externo (ponto C indicado no Anexo nº 2).

VI - O raio do arco inferior da faixa branca será de oito módulos (8M); o raio do arco superior da faixa branca será de oito módulos e meio (8,5M).

VII - A largura da faixa branca será de meio módulo (0,5M).

VIII - As letras da legenda Ordem e Progresso serão escritas em côr verde. Serão colocadas no meio da faixa branca, ficando, para cima e para baixo, um espaço igual em branco. A letra P ficará sobre o diâmetro vertical do círculo. A distribuição das demais letras far-se-á conforme a indicação do Anexo nº 2. As letras da palavra Ordem e da palavra Progresso terão um terço de módulo (0,33M) de altura. A largura dessas letras será de três décimos de módulo (0,30M). A altura da letra da conjunção E será de três décimos de módulo (0,30M). A largura dessa letra será de um quarto de módulo (0,25M).

IX - As estrelas serão de 5 (cinco) dimensões: de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta grandezas. Devem ser traçadas dentro de círculos cujos diâmetros são: de três décimos de módulo (0,30M) para as de primeira grandeza; de um quarto de módulo (0,25M) para as de segunda grandeza; de um quinto de módulo (0,20M) para as de terceira grandeza; de um sétimo de módulo (0,14M) para as de quarta grandeza; e de um décimo de módulo (0,10M) para a de quinta grandeza.

X - As duas faces devem ser exatamente iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para a direita (do observador que olha a faixa de frente), sendo vedado fazer uma face como avesso da outra.

DA BANDEIRA DO DPF



A bandeira do DPF apresenta-se na forma retangular, em tecido todo azul-celeste, tendo ao seu centro o Emblema do DPF, instituído pelo Decreto nº 98.380, de 09 de novembro de 1989, publicado no DOU nº 215, de 10 de novembro de 1989.



Descrição Heráldica

Escudo estilizado, lembrando o escudo polonês, com o campo em jalne (ouro) - esmalte que simboliza fé, fortaleza, constância, firmeza, poder e a autoridade, propósitos maiores dos integrantes do Departamento de Polícia Federal. Em Chefe aparece um listel em goles (vermelho), simbolizando este esmalte a ousadia, coragem, esforço e segurança, onde se insere a palavra POLÍCIA em prata (branco) e em Contrachefe outro listel, também, em goles (vermelho), onde se insere a palavra FEDERAL em prata (branco).

No coração destacam-se as Armas Nacionais que se descrevem segundo a Lei 5.700, de 01 de setembro de 1971, na forma que segue:



Art. 8º A feitura das Armas Nacionais deve obedecer à proporção de 15 (quinze) de altura por 14 (quatorze) de largura, e atender às seguintes disposições:

I - o escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação do Cruzeiro do Sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de vinte e duas estrelas de prata;

II - o escudo ficará pousado numa estrela partidagironada, de 10 (dez) peças de sinopla e ouro, bordada de 2 (duas) tiras, a interior de goles e a exterior de ouro;

III - o todo brocante sobre uma espada, em pala, em punhada de ouro, guardas de blau, salvo a parte do centro, que é de goles e contendo uma estrela de prata figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café frutificado, à destra, e de outro de fumo florido, à sinistra, ambos da própria cor, atados de blau, ficando o conjunto sobre um resplendor de ouro, cujos contornos formam uma estrela de 20 (vinte) pontas:

IV - Em listel de blau, brocante sobre os punhos da espada, inscrever-se-á, em ouro, a legenda República Federativa do Brasil, no centro, e ainda as expressões "15 de novembro", na extremidade destra, e as expressões "de 1889", na sinistra.

BANDEIRA DO ACRE



Símbolo oficial do [estado do Acre](#), a bandeira atual foi instituída em 1995, adotando o mesmo desenho da Bandeira do Estado Independente, decretada em 1889.

Seu desenho, idealizado por José Plácido de Castro, consiste em um retângulo dividido por uma linha diagonal que vai do canto inferior esquerdo para o superior direito. A parte superior esquerda é amarela com uma estrela vermelha na extremidade, já a parte inferior direita é verde. O símbolo foi adotado oficialmente pelo governador Epaminondas Jácome.

As cores da bandeira do Acre são as mesmas que compõem a [Bandeira do Brasil](#), com o acréscimo da cor vermelha. A escolha da combinação verde e amarelo é uma forma de representar a integração do estado ao Brasil.

Cada cor tem o seu significado específico:

- A cor amarela representa a paz;
- A cor verde, a esperança.
- A estrela vermelha no canto superior esquerdo ("estrela solitária") simboliza o fanal (luz intelectual) que orientou a incorporação do Acre ao território nacional. Representa também o sangue dos bravos que lutaram pela anexação da área ao Brasil.



Documento assinado eletronicamente por **LIANA SANTOS VILELA, Agente de Polícia Federal**, em 30/08/2017, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLY SANTOS DE SA, Gestor Financeiro**, em 30/08/2017, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAIS DE PAULA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/08/2017, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3812802** e o código CRC **FD7B1723**.